

Sumário

TOMO 1

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	21	13.5. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	124
Maurício Ferreira Cunha		13.6. PROVAS.....	126
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	21	13.7. AUDIÊNCIA.....	135
✦ QUESTÕES.....	23	13.8. SENTENÇA E COISA JULGADA	136
1. PRINCÍPIOS, NORMAS PROCESSUAIS CIVIS E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	23	13.9. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	149
2. JURISDIÇÃO.....	28	13.10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	151
3. AÇÃO	33	13.11. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	159
4. PARTES E PROCURADORES.....	39	13.11.1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	167
4.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	39	13.12. RECURSOS	168
4.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	43	13.12.1. APELAÇÃO.....	179
4.2.1. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	45	13.12.2. AGRAVO.....	181
4.2.2. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	48	13.12.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	182
5. LITISCONSÓRCIO.....	50	13.12.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	185
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	53	13.12.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	185
7. MINISTÉRIO PÚBLICO	60	13.12.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	190
8. COMPETÊNCIA.....	62	14. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	191
9. DO JUIZ.....	76	14.1 REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	199
10. ATOS PROCESSUAIS	77	14.2. TÍTULO EXECUTIVO.....	199
10.1. ATOS DO JUIZ	85	14.3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	201
10.2. CITAÇÃO.....	86	14.4 EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA.....	202
10.3. NULIDADES.....	88	14.5. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	203
11. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	89	14.6. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	203
12. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	93	14.6.1. PENHORA.....	205
12.1. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	95	14.6.2. REMIÇÃO DA EXECUÇÃO ..	207
13. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (COMUM)...	104	14.6.3. EXPROPRIAÇÃO DE BENS..	207
13.1. TUTELA ESPECÍFICA E TUTELA ANTECIPADA	104	14.7. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	208
13.2. PETIÇÃO INICIAL.....	112	14.8. EXECUÇÃO FISCAL.....	208
13.3. RESPOSTA DO RÉU.....	119	14.9. DEFESAS DO EXECUTADO.....	209
13.4. REVELIA	122	15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	210

15.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	223	8.4. NULIDADES.....	270
15.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	224	9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	271
15.3. AÇÃO DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES....	226	9.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	271
15.4. INVENTÁRIO E PARTILHA	226	9.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	271
15.5. AÇÃO MONITÓRIA	227	10. TUTELA PROVISÓRIA	272
16. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	231	10.1. FUNDAMENTO.....	272
17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	233	10.2. CARACTERÍSTICAS.....	272
17.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	238	10.3. LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÉ-LA.....	273
17.2. AÇÕES COLETIVAS	240	10.4. RESPONSABILIDADE PELA EFETIVAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS.....	273
17.3. AÇÃO POPULAR.....	244	10.5. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.....	273
17.4. AÇÃO DE DESPEJO, REVISÃO E CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL.....	245	10.6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR.....	274
17.5. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA).....	249	10.7. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE	274
17.6. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	252	11. PROCEDIMENTO COMUM	274
17.7. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	253	11.1. PETIÇÃO INICIAL.....	274
✦ DICAS (RESUMO)	255	11.2. RESPOSTAS DO RÉU	275
1. JURISDIÇÃO.....	256	11.2.1. CONTESTAÇÃO	276
1.1. EQUIVALENTES JURISDICIONAIS...	257	11.2.2. RECONVENÇÃO	276
1.2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	258	11.2.3. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO	276
1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL....	258	11.3. REVELIA	276
2. AÇÃO	259	11.4. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	276
3. PARTES E PROCURADORES.....	261	11.5. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	277
3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	261	11.6. PROVAS.....	277
3.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES	261	11.7. SENTENÇA E COISA JULGADA	278
3.3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....	261	12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	280
3.4. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	262	13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	281
3.5. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	262	14. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	282
4. LITISCONSÓRCIO.....	263	14.1. AÇÃO RESCISÓRIA	285
5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	264	15. RECURSOS	286
6. MINISTÉRIO PÚBLICO	265	16. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	289
7. COMPETÊNCIA.....	266	16.1. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	289
8. ATOS PROCESSUAIS	268	16.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	289
8.1. PRAZOS	268	16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	290
8.2. CITAÇÃO.....	269	17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	292
8.3. VALOR DA CAUSA.....	270		

17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	292	8.6.1. APELAÇÃO.....	305
17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	294	8.6.2. AGRAVO.....	305
17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES....	294	8.6.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	305
17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA	295	8.6.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	305
17.5. AÇÃO MONITÓRIA	295	8.6.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	305
17.6. INTERDIÇÃO	296	8.6.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	306
17.7. OPOSIÇÃO.....	297	9. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	306
17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	297	9.1. PARTES.....	306
18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	298	9.2. TÍTULO EXECUTIVO	306
18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	298	9.3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	306
18.2. AÇÕES COLETIVAS.....	298	9.4. PENHORA.....	306
18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	299	9.5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	307
18.2.2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	300	9.6. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	307
18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	301	9.7. EXECUÇÃO FISCAL.....	307
18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	301	10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	308
✦ SÚMULAS	302	10.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	308
1. AÇÃO	302	10.2. INVENTÁRIO E PARTILHA	308
2. PARTES E PROCURADORES.....	302	10.3. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	308
2.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	302	10.4. AÇÃO MONITÓRIA	308
2.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	302	11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	308
3. COMPETÊNCIA.....	302	11.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	308
4. ATOS PROCESSUAIS	303	11.2. AÇÕES COLETIVAS	309
4.1. PRAZOS	303	11.3. AÇÃO POPULAR.....	309
4.2. CITAÇÃO.....	303	11.4. LOCAÇÃO.....	309
5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	303	11.5. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	309
6. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	303	DIREITO PROCESSUAL PENAL	311
6.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	303	<i>Ricardo Silvares</i>	
6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	304	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	311
7. TUTELA PROVISÓRIA	304	✦ QUESTÕES.....	313
8. PROCEDIMENTO COMUM	304	1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	313
8.1. RESPOSTA DO RÉU.....	304	2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	319
8.2. PROVAS.....	304	3. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	320
8.3. SENTENÇA E COISA JULGADA	304	4. AÇÃO PENAL	327
8.4. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	304	4.1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	327
8.5. AÇÃO RESCISÓRIA	304		
8.6. RECURSOS	304		

4.2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	332	10. PROVAS.....	455
5. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	334	11. SENTENÇA.....	459
6. COMPETÊNCIA.....	335	12. PROCEDIMENTOS.....	461
7. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	343	12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	461
8. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	347	12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995).....	463
9. PROVAS.....	349	12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	465
10. SENTENÇA.....	361	12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	468
11. PROCEDIMENTOS.....	366	13. NULIDADES.....	472
11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	366	14. RECURSOS.....	473
11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/1995) • LEI Nº 9.099/1995, ARTS. 69 A 82.....	372	15. <i>HABEAS CORPUS</i>	475
11.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	375	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	475
11.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	381	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	480
12. NULIDADES.....	391	18. EXECUÇÃO PENAL.....	480
13. RECURSOS.....	394	19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	483
14. REVISÃO CRIMINAL.....	401	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS..... 485	
15. <i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA.....	403	✦ STF..... 485	
16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	405	PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	485
17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	418	INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	485
18. EXECUÇÃO PENAL.....	421	AÇÃO PENAL.....	486
✦ DICAS (RESUMO)..... 429		COMPETÊNCIA.....	486
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	429	CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	486
1.1. DECRETO 678/1992 (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).....	429	PROCEDIMENTOS.....	486
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO.....	432	PROVAS.....	487
3. JUIZ DAS GARANTIAS.....	433	SENTENÇA.....	487
4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	434	NULIDADES.....	487
5. AÇÃO PENAL.....	438	RECURSOS.....	487
6. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	444	REVISÃO CRIMINAL.....	489
7. COMPETÊNCIA.....	445	<i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA.....	489
8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	451	MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	489
9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS.....	454	EXECUÇÃO PENAL.....	489
		✦ STJ..... 490	
		INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	490

AÇÃO PENAL	490	6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO	585
COMPETÊNCIA.....	490	6.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	585
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	491	6.2. FATO GERADOR.....	587
PROCEDIMENTOS.....	491	6.3. SUJEITO ATIVO.....	589
NULIDADES.....	491	6.4. SUJEITO PASSIVO.....	589
RECURSOS.....	491	7. SOLIDARIEDADE. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	590
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA	492	7.1. SOLIDARIEDADE.....	590
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	492	7.2. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA.....	596
EXECUÇÃO PENAL	492	7.3. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	597
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	495	7.4. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	598
<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>		7.5. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	614
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	495	8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	617
✦ QUESTÕES.....	497	8.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	617
1. DIREITO TRIBUTÁRIO. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. TRIBUTO. CONCEITO. ESPÉCIES	497	8.2. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO.....	623
1.1. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	497	8.3. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	630
1.2. TRIBUTO. CONCEITO.....	500	8.4. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	636
1.3. ESPÉCIES	501	8.4.1. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	639
1.3.1. TAXAS.....	501	8.4.2. REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO	655
1.3.2. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	512	8.5. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	658
1.3.3. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	512	9. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	664
1.3.4. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	517	10. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	672
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	519	10.1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	672
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	519	10.2. FISCALIZAÇÃO.....	674
2.2. IMUNIDADES.....	539	10.3. DÍVIDA ATIVA	678
3. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	555	10.4. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	681
3.1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	556	11. IMPOSTOS FEDERAIS.....	683
3.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	559	12. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	691
3.3. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.....	566	13. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	731
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	573	14. REPARTIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	754
5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	581	15. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	757
		15.1. MEDIDA CAUTELAR FISCAL	780

16. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	782	7.2. EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	815
17. CRIMES TRIBUTÁRIOS.....	785	8. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	819
18. SIMPLES NACIONAL	789	8.1. GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	819
✦ DICAS (RESUMO)	793	8.2. PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	821
1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	793	9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	822
1.1. IMPOSTOS	794	9.1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	822
1.2. TAXAS.....	795	9.2. DÍVIDA ATIVA	822
1.2.1. TAXA X TARIFA.....	796	9.3. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	823
1.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	797	10. IMPOSTOS FEDERAIS	825
1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS ...	797	11. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	827
1.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	797	12. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	828
1.5.1. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	797	13. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	835
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	798	14. PROCESSO TRIBUTÁRIO	837
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	798	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	840
2.2. IMUNIDADES.....	801	1. SÚMULAS DO STF	840
3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	802	1.1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	840
3.1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	802	1.1.1. TAXAS.....	840
3.2. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	803	1.1.2. CONTRIBUIÇÕES	841
4. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	805	1.2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	841
5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	808	1.2.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	841
5.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR	808	1.2.2 IMUNIDADES	841
5.2. SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	810	1.3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	842
5.3. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	811	1.3.1. ISENÇÃO	842
6. SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	811	1.3.2. DEPÓSITO	842
6.1. SOLIDARIEDADE	811	1.4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	842
6.2. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	811	1.5. IMPOSTOS FEDERAIS	842
6.3. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.	811	1.5.1. IOF.....	842
6.4. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 DO CTN)	813	1.5.2. IPI.....	842
7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	814	1.5.3. IR.....	842
7.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	814	1.6. IMPOSTOS ESTADUAIS.....	842
		1.6.1. ICMS	842
		1.6.2. ITCMD.....	842
		1.7. IMPOSTOS MUNICIPAIS	843
		1.7.1. IPTU.....	843

1.7.2. ISS.....	843	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	857
1.7.3. ITBI.....	843	1.1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	860
1.8. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	843	1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	862
2. SÚMULAS DO STJ.....	843	1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	866
2.1. TAXAS.....	843	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	868
2.2. SIMPLES.....	843	2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	868
2.3. CONTRIBUIÇÕES.....	843	2.1.1. NOÇÕES GERAIS.....	868
2.4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	844	2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	871
2.5. DEPÓSITO.....	844	2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	873
2.6. REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	844	2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	876
2.7. REFIS.....	844	2.2. TERCEIRO SETOR.....	884
2.8. COMPENSAÇÃO.....	844	3. AGENTES PÚBLICOS.....	886
2.9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	844	3.1. NOÇÕES GERAIS.....	886
2.10. IMPOSTOS FEDERAIS.....	844	3.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	890
2.10.1. IOF.....	844	3.2.1. ACESSO AOS CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....	890
2.10.2. IPI.....	844	3.2.2. SISTEMA REMUNERATÓRIO.....	895
2.10.3. IR.....	845	3.2.3. DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO.....	897
2.11. IMPOSTOS ESTADUAIS.....	845	3.2.4. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	899
2.11.1. ICMS.....	845	4. PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS.....	902
2.11.2. IPVA.....	845	4.1. DEVERES ADMINISTRATIVOS.....	902
2.12. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	846	4.2. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	902
2.12.1. IPTU.....	846	4.2.1. PODERES VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR.....	902
2.12.2. ISS.....	846	4.2.2. PODER REGULAMENTAR.....	906
2.13. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.....	846	4.2.3. PODER DE POLÍCIA.....	907
2.14. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	846	4.3. ABUSO DE PODER.....	912
2.15. BENEFÍCIO FISCAL.....	847	5. ATO ADMINISTRATIVO.....	913
3. CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS.....	847	5.1. NOÇÕES GERAIS.....	913
3.1. TRIBUTOS EM ESPÉCIE.....	847	5.2. ELEMENTOS OU REQUISITOS.....	916
3.2. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	849	5.3. ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS.....	919
3.3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO.....	850	5.4. CLASSIFICAÇÃO.....	919
3.4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	852		
3.5. PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	853		
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	855		
<i>Fábio Goldfinger</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	855		
✦ QUESTÕES.....	857		

5.5. ESPÉCIES	921	11.2.4. TOMBAMENTO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1012
5.6. EXTINÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	922	11.2.5. DESAPROPRIAÇÃO.....	1015
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	926	12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1023
6.1. CONCEITO E PRINCÍPIOS.....	926	12.1. INTRODUÇÃO, CONCEITO E TEORIAS	1023
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	927	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1043
7. LICITAÇÃO.....	940	13.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	1043
7.1. NOÇÕES GERAIS	940	13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1043
7.2. PRINCÍPIOS.....	943	13.3. CONTROLE LEGISLATIVO.....	1049
7.3. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	944	13.4. CONTROLE JUDICIAL.....	1052
7.4. MODALIDADES E PROCEDIMENTO.....	951	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1060
7.5. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	959	14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1060
8. CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	961	14.2. ATOS DE IMPROBIDADE: MODALIDADES E SANÇÕES	1062
8.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	961	14.3. PROCEDIMENTO.....	1068
8.2. CARACTERÍSTICAS.....	964	15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1073
8.3. FORMALIZAÇÃO, DURAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	966	15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1073
8.4. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	969	16. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	1077
8.5. SANÇÕES.....	971	16.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1077
9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	972	★ DICAS (RESUMOS)	1084
9.1. NOÇÕES GERAIS	972	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1084
9.2. CLASSIFICAÇÃO.....	976	1.1. REGIME JURÍDICO	1084
9.3. PRINCÍPIOS.....	977	1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1086
9.4. COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	978	1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1088
9.5. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	979	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1089
9.6. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	986	2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1089
10. BENS PÚBLICOS.....	989	2.1.1. NOÇÕES GERAIS	1089
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	989	2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	1089
10.2. REGIME JURÍDICO	996	2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.	1090
10.3. USO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR	998	2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1090
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1004	2.2. TERCEIRO SETOR	1101
11.1. NOÇÕES GERAIS	1004	3. AGENTES PÚBLICOS.....	1101
11.2. MODALIDADES.....	1005	3.1. NOÇÕES GERAIS	1101
11.2.1. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1005		
11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1008		
11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1010		

3.2. REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1106	11.2. MODALIDADES.....	1143
3.3. DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	1107	11.2.1. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	1143
3.4. REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1107	11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1143
4. PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1108	11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1143
4.1. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1108	11.2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1144
4.2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1108	11.2.5. TOMBAMENTO.....	1144
4.2.1. PODER VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR	1109	11.2.6. DESAPROPRIAÇÃO.....	1145
4.2.2. PODER REGULAMENTAR...	1110	12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO ...	1148
4.2.3. PODER DE POLÍCIA	1111	12.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	1148
4.3. ABUSO DE PODER	1112	12.2. TEORIAS.....	1148
5. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1112	12.3. RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	1149
5.1. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS.	1112	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1151
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1113	13.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	1151
5.3. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	1116	13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1151
5.4. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1118	13.3. CONTROLE LEGISLATIVO	1151
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1120	13.4. CONTROLE JUDICIAL.....	1153
6.1. NOÇÕES GERAIS	1120	13.4.1. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	1153
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....	1120	13.4.2. AÇÃO POPULAR.....	1155
7. LICITAÇÕES.....	1121	13.4.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1155
8. DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1129	13.4.4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO...	1160
9. SERVIÇO PÚBLICO.....	1135	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1162
9.1. NOÇÕES GERAIS	1135	14.3. PROCEDIMENTO	1169
9.2. CLASSIFICAÇÃO.....	1135	15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1171
9.3. PRINCÍPIOS.....	1135	15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1171
9.4. CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	1136	15.2. PLANEJAMENTO	1171
9.5. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1139	15.3. RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA	1172
10. BENS PÚBLICOS.....	1140	15.4. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	1173
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1140	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1177
10.2. REGIME JURÍDICO	1141	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1177
10.3. USO DO BEM PÚBLICO PELO PARTICULAR	1142	2. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	1177
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1142	3. AGENTES PÚBLICOS.....	1177
11.1. NOÇÕES GERAIS	1142	4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1179
		5. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1180
		5.1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS...	1180

6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1180	5. CÓDIGO FLORESTAL E RESPECTIVA REGULAMENTAÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL. FLORESTAS PÚBLICAS. CONCESSÃO FLORESTAL.....	1208
6.1. SERVIÇO PÚBLICO.....	1180	6. BIOSSEGURANÇA. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....	1213
7. LICITAÇÕES.....	1181	7. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS: OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS, COMPETÊNCIAS, COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA.....	1214
8. BENS PÚBLICOS.....	1184	8. NORMAS GERAIS E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. USO DE AGROTÓXICOS.....	1214
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1184	9. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. ESTATUTO DA CIDADE.....	1215
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	1185	10. O DANO AMBIENTAL. APURAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CRIMINAL. O PODER DE POLÍCIA E DIREITO AMBIENTAL. POLUIÇÃO. ESPÉCIES DE POLUIÇÃO.....	1218
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1185	11. TUTELA JURISDICIONAL DO MEIO AMBIENTE. INQUÉRITO CIVIL. TAC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE INJUNÇÃO. AÇÃO PENAL PÚBLICA AMBIENTAL.....	1229
12. CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANDADO DE SEGURANÇA.....	1186		
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1187		

DIREITO AMBIENTAL 1189

Amanda Carvalho Montanari e Romeu Thomé

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1189
---------------------------------------	------

✦ QUESTÕES..... 1191

1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. DA ORDEM ECONÔMICA.....	1191
2. FONTES DO DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL. TRATADOS INTERNACIONAIS. INTERPRETAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1197
3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: PRINCÍPIOS. OBJETIVOS. INSTRUMENTOS: PADRÕES DE QUALIDADE, ZONEAMENTO AMBIENTAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO AMBIENTAL, ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA): ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).....	1200
4. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS. COMPETÊNCIAS. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC: OBJETIVOS. ESTRUTURA. COMPOSIÇÃO. CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	1206
4.1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1234
1.1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1234
2. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1234
3. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	1234
4. DA ORDEM ECONÔMICA.....	1235

✦ DICAS (RESUMOS) 1234

1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. DA ORDEM ECONÔMICA.....	1234
1.1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1234
2. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1234
3. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	1234
4. DA ORDEM ECONÔMICA.....	1235

5. FONTES DO DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL. TRATADOS INTERNACIONAIS. INTERPRETAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1235	8. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS: OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS, COMPETÊNCIAS, COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA.....	1243
5.1. FONTES FORMAIS DO DIREITO AMBIENTAL.....	1235	9. NORMAS GERAIS E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. USO DE AGROTÓXICOS.....	1244
5.2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	1236	10. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. ESTATUTO DA CIDADE.....	1244
5.3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: PRINCÍPIOS. OBJETIVOS. INSTRUMENTOS: PADRÕES DE QUALIDADE, ZONEAMENTO AMBIENTAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO AMBIENTAL, ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA): ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).....	1236	11. O DANO AMBIENTAL. APURAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CRIMINAL. O PODER DE POLÍCIA E DIREITO AMBIENTAL. POLUIÇÃO. ESPÉCIES DE POLUIÇÃO.....	1245
5.3.1. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	1236	12. TUTELA JURISDICIONAL DO MEIO AMBIENTE. INQUÉRITO CIVIL. TAC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE INJUNÇÃO. AÇÃO PENAL PÚBLICA AMBIENTAL.....	1246
5.3.2. ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	1237		
5.3.3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	1237		
5.4. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS. COMPETÊNCIAS. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC: OBJETIVOS. ESTRUTURA. COMPOSIÇÃO. CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	1239		
6. CÓDIGO FLORESTAL E RESPECTIVA REGULAMENTAÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL. FLORESTAS PÚBLICAS. CONCESSÃO FLORESTAL.....	1240		
6.1. APP E RESERVA LEGAL.....	1240		
6.2. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	1240		
6.3. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	1241		
7. BIOSSEGURANÇA. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....	1243		
		DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	1249
		<i>Luciano Alves Rossato</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1249
		✦ QUESTÕES.....	1251
		1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1251
		2. DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	1256
		3. DIREITO AO RESPEITO, À LIBERDADE E À DIGNIDADE.....	1257
		4. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	1259
		5. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	1260
		6. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	1283
		7. NORMAS DE PREVENÇÃO.....	1284
		8. POLÍTICA DE ATENDIMENTO.....	1286
		9. MEDIDAS PROTETIVAS.....	1291
		10. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	1295
		11. DO CONSELHO TUTELAR.....	1302

12. DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	1307	✦ DICAS (RESUMO)	1338
13. PROCEDIMENTO DA PERDA E DA SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR.....	1310	1. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	1338
14. PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE.....	1312	2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1338
15. PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO	1318	3. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1341
16. PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADE DE ATENDIMENTO.....	1319	4. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1342
17. MINISTÉRIO PÚBLICO	1320	5. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	1346
18. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS	1321	6. DA PREVENÇÃO	1349
19. RECURSOS.....	1322	6.1 AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR.....	1349
20. CRIMES.....	1325	7. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	1351
21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1326	8. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1352
22. ALIENAÇÃO PARENTAL	1328	9. PRÁTICA DE ATO INFRAACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	1352
23. SINASE	1329	10. CONSELHO TUTELAR.....	1359
		11. ACESSO À JUSTIÇA	1361
		12. CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1364

DIREITO CIVIL	31	2.2. REGISTRO DO TRANSGÊNERO.....	54
<i>Ronaldo Vieira Francisco</i>		3. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	55
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	31	3.1. NOME	59
✦ QUESTÕES.....	35	3.2. PSEUDÔNIMO.....	61
✦ I. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	35	3.3. DIREITOS AUTORAIS	62
1. EQUIDADE.....	35	4. AUSÊNCIA.....	64
2. VIGÊNCIA DA LEI.....	36	CAPÍTULO 2 – PESSOAS JURÍDICAS	66
3. EFEITO REPRISTINATÓRIO	39	1. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO	66
4. REPRISTINAÇÃO.....	40	2. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRI- VADO.....	66
5. INTEGRAÇÃO DAS LEIS.....	41	2.1. ASSOCIAÇÕES.....	67
5.1. ANALOGIA	41	3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALI- DADE JURÍDICA	67
5.2. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ...	42	4. PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA...	69
6. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS.	42	CAPÍTULO 3 – DOMICÍLIO.....	70
7. ANTINOMIAS OU LACUNAS DE CON- FLITO.....	43	1. NATUREZA JURÍDICA DO DOMICÍLIO	70
8. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO.....	45	2. ELEMENTOS DO DOMICÍLIO.....	71
9. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO	45	3. DOMICÍLIO PROFISSIONAL	71
✦ II. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL.....	50	4. DOMICÍLIO CONTRATUAL	72
CAPÍTULO 1 – PESSOAS NATURAIS	50	CAPÍTULO 4 – BENS.....	73
1. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE	50	1. CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	73
1.1. EMANCIPAÇÃO.....	50	1.1. IMÓVEIS E MÓVEIS	73
1.1.1. MORTE PRESUMIDA, COM E SEM DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	51	1.2. FUNGÍVEIS E NÃO FUNGÍVEIS	75
1.1.2. MORTE SIMULTÂNEA OU COMORIÊNCIA	52	1.3. DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	75
2. REGISTRO E AVERBAÇÃO.....	53	1.4. BENS SINGULARES E COLETIVOS ..	77
2.1. REGISTRO DA NATURALIDADE.....	54	2. RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS.....	77
		2.1. PRINCIPAL E ACESSÓRIO.....	77
		2.2. PERTENÇAS.....	78
		3. QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO	80
		3.1. BENS PÚBLICOS E PARTICULARES	80
		CAPÍTULO 5 – FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍ- DICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	83
		1. NEGÓCIOS JURÍDICOS	83

2. RESERVA MENTAL	84	1.1. OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA E INCERTA.....	128
3. SILÊNCIO	85	1.2. OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	130
4. ATO JURÍDICO EM SENTIDO ESTRITO.....	85	1.3. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	130
5. ATO-FATO JURÍDICO.....	86	1.4. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	132
6. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	86	1.5. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	134
6.1. CONDIÇÃO.....	86	1.5.1. OBRIGAÇÕES <i>IN SOLIDUM</i> ..	136
6.2. TERMO	89	1.6. OBRIGAÇÃO NATURAL.....	137
6.3. ENCARGO OU MODO	90	2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	137
6.4. PRAZO.....	91	2.1. CESSÃO DE CRÉDITO	137
7. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	91	2.2. ASSUNÇÃO DE DÍVIDA.....	139
7.1. VÍCIOS DO CONSENTIMENTO E VÍCIOS SOCIAIS	91	3. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	141
7.2. ERRO	92	3.1. DE QUEM DEVE PAGAR.....	141
7.3. DOLO.....	95	3.2. DAQUELES A QUEM SE DEVE PAGAR.....	142
7.4. COAÇÃO	96	3.3. OBJETO DO PAGAMENTO E SUA PROVA	143
7.5. ESTADO DE PERIGO.....	97	3.4. LUGAR DO PAGAMENTO.....	146
7.6. LESÃO.....	98	3.5. FORMAS ESPECIAIS OU INDIRECTAS DE PAGAMENTO	148
7.7. FRAUDE CONTRA CREDORES.....	99	3.5.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	148
8. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	101	3.5.2. PAGAMENTO COM SUBROGAÇÃO	148
8.1. ESPÉCIES DE INVALIDADE	101	3.5.3. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	150
8.2. NULIDADE DA OBRIGAÇÃO ACESÓRIA.....	102	3.6. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO	150
8.3. NULIDADE	102	3.6.1. NOVAÇÃO	150
8.4. ANULABILIDADE.....	104	3.6.2. COMPENSAÇÃO	152
8.5. SIMULAÇÃO.....	105	4. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	153
CAPÍTULO 6 – ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.....	108	4.1. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.....	153
CAPÍTULO 7 – ATOS ILÍCITOS	109	4.2. MORA	154
1. ABUSO DE DIREITO OU EXERCÍCIO IRREGULAR DO DIREITO.....	109	4.3. CLÁUSULA PENAL.....	158
2. ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	111	CAPÍTULO 11 – CONTRATOS EM GERAL	163
2.1. ESTADO DE NECESSIDADE	111	1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	163
CAPÍTULO 8 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ...	113	2. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	171
1. PRESCRIÇÃO.....	113	3. HERANÇA DE PESSOA VIVA	171
2. DECADÊNCIA	122	4. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	172
CAPÍTULO 9 – PROVA.....	124	5. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO....	173
1. TESTEMUNHA.....	124	6. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	175
2. PRESUNÇÃO	126	7. VÍCIOS REDIBITÓRIOS	176
3. DOCUMENTO.....	127	8. EVICÇÃO.....	177
✦ III. PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO CIVIL	128	9. CONTRATOS ALEATÓRIOS.....	180
CAPÍTULO 10 – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	128		
1. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	128		

10. CONTRATO PRELIMINAR.....	182	9. DIREITO REGRESSO NA RESPONSABILIDADE DE TERCEIRO.....	244
11. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	183	10. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.....	245
11.1. RESILIÇÃO UNILATERAL.....	183	11. RESPONSABILIDADE DO DONO DE EDIFÍCIO OU CONSTRUÇÃO.....	247
11.2. ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO.....	185	12. RESPONSABILIDADE EFFUSIS ET DEJECTS.....	247
11.3. CLÁUSULA RESOLUTIVA.....	187	13. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS AUTORES DO DANO.....	248
11.4. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	188	14. RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE CONTEÚDO E DOS MÉDICOS.....	249
11.5. ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	191	15. NEXO DE CAUSALIDADE.....	250
CAPÍTULO 12 – CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	193	15.1. EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL.....	250
1. COMPRA E VENDA.....	193	15.2. TEORIA DA CAUSALIDADE ALTERNATIVA.....	251
1.1. DA VENDA A CONTENTO E DA SUJEITA À PROVA.....	198	16. PERDA DE UMA CHANCE.....	252
2. CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	199	17. DEMANDA POR DÍVIDA JÁ PAGA.....	255
3. DOAÇÃO.....	200	18. REDUÇÃO EQUITATIVA DA INDENIZAÇÃO.....	255
4. LOCAÇÃO.....	205	19. REPARAÇÃO POR USURPAÇÃO E ESBULHO.....	257
4.1. IMÓVEL URBANO.....	205	20. CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATO ILÍCITO..	259
4.1.1. <i>BUILT TO SUIT</i>	205	21. MÉTODO BIFÁSICO PARA O ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO.....	259
5. EMPRÉSTIMO.....	206	22. DANOS MORAIS DEVIDOS AO NASCITURO.....	260
5.1. REGRAS COMUNS.....	206	CAPÍTULO 15 – DIREITOS DAS COISAS.....	261
5.2. COMODATO.....	207	1. POSSE.....	261
5.3. MÚTUO.....	210	1.1. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE.....	261
6. EMPREITADA.....	211	1.1.1. POSSE DIRETA E INDIRETA.....	261
7. MANDATO.....	212	1.1.2. COMPOSSE.....	262
7.1. MANDATO JUDICIAL <i>AD EXITUM</i> ...	215	1.1.3. POSSE JUSTA E INJUSTA....	264
8. CORRETAGEM.....	216	1.1.4. POSSE DE BOA-FÉ E MÁ-FÉ.....	265
9. TRANSPORTE.....	217	1.2. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE.....	266
10. SEGURO.....	217	1.3. EFEITOS DA POSSE.....	268
10.1. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT...	225	2. PROPRIEDADE.....	272
11. FIANÇA.....	226	2.1. ASPECTOS EM GERAL.....	272
CAPÍTULO 13 – ATOS UNILATERAIS.....	231	2.1.1. VEDAÇÃO DOS ATOS EMULATIVOS.....	272
1. PAGAMENTO INDEVIDO.....	231	2.1.2. RESTRIÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	273
CAPÍTULO 14 – RESPONSABILIDADE CIVIL.....	232	2.1.3. AÇÃO REIVINDICATÓRIA ..	274
1. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DA IMPRENSA.....	232	2.2. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL.....	274
2. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	233	2.2.1. MODO ORIGINÁRIO.....	274
3. RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	234	2.2.2. MODO DERIVADO.....	287
4. TRAVAMENTO DE PORTA GIRATÓRIA.....	235		
5. ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	236		
6. RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ.....	238		
7. RESPONSABILIDADE DO EMANCIPADO....	239		
8. RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO.....	241		

2.3. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL	289	5. PACTO ANTENUPCIAL.....	332
2.4. PERDA DA PROPRIEDADE.....	290	6. REGIME DE BENS EM ESPÉCIE.....	334
3. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	291	6.1. SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA	334
3.1. ÁRVORES LIMÍTROFES.....	291	6.2. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	334
3.2. PASSAGEM FORÇADA.....	292	6.3. COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	338
3.3. ÁGUAS.....	293	6.4. PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS	339
3.4. LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM	294	7. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	339
4. CONDOMÍNIO EM GERAL	295	7.1. SEPARAÇÃO JUDICIAL.....	339
4.1. CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO.....	295	8. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	342
4.2. CONDOMÍNIO EDILÍCIO	296	8.1. GUARDA UNILATERAL E COMPARTILHADA.....	342
4.3. DÍVIDAS CONDOMINIAIS	299	9. RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	344
5. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	301	9.1. AFINIDADE	344
6. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	302	9.2. NATURAL OU CIVIL	346
7. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.	306	9.3. FILIAÇÃO	346
7.1. SUPERFÍCIE.....	306	9.3.1. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA..	348
7.2. SERVIDÕES.....	308	9.4. RECONHECIMENTO DOS FILHOS...	349
7.3. USUFRUTO	310	9.5. ADOÇÃO	350
7.4. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR.....	312	10. PODER FAMILIAR.....	352
8. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	314	11. USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES	355
8.1. PACTO COMISSÓRIO.....	314	12. ALIMENTOS.....	356
8.2. CONCEITO DE GARANTIA REAL	315	12.1. FGTS.....	356
8.3. PENHOR.....	316	12.2. PRETÉRITOS	356
8.4. HIPOTECA.....	318	12.3. RECURSO CONTRA A EXONERAÇÃO – STJ.....	358
8.5. DIRETO DA LAJE	321	12.4. RECIPROCIDADE ENTRE PAIS E FILHOS	358
CAPÍTULO 16 – DIREITO DE FAMÍLIA	321	12.5. PRESCRIÇÃO.....	359
1. DOGMAS RELIGIOSOS NO DIREITO DE FAMÍLIA	321	12.6. NOVA FAMÍLIA – STJ.....	360
2. CASAMENTO	322	12.7. NA SEPARAÇÃO.....	361
2.1. CAPACIDADE PARA O CASAMENTO OU IDADE NÚBIL.....	322	12.8. PROVISÓRIOS.....	363
2.2. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS...	323	12.9. EXTENSÃO A TODOS OS ASCENDENTES.....	365
2.3. CAUSAS SUSPENSIVAS.....	323	12.10. PLURALIDADE DE OBRIGADOS.....	366
2.4. OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS.....	325	12.11. MODOS DE SATISFAÇÃO (ESCOLHA DO DEVEDOR).....	367
3. INVALIDADE DO CASAMENTO	326	12.12. ENTRE COLATERAIS.....	368
3.1. AÇÃO ORDINÁRIA	326	12.13. RENÚNCIA	369
3.2. CASAMENTO NULO.....	326	12.14. CASAMENTO DO CREDOR.....	369
3.3. CASAMENTO ANULÁVEL.....	327	12.15. ALIMENTOS E GUARDA COMPARTILHADA.....	370
3.4. EFEITOS DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DE NULIDADE	329	12.16. ALIMENTOS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	370
3.5. CASAMENTO PUTATIVO	330		
4. DISPOSIÇÕES GERAIS A TODOS OS REGIMES DE BENS.....	330		

12.17. ALIMENTOS TRANSITÓRIOS	371	3.2. CAPACIDADE DE TESTAR	419
13. BEM DE FAMÍLIA	371	3.3. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO.....	419
13.1. INVOLUNTÁRIO OU LEGAL.....	371	3.3.1. TESTAMENTO PÚBLICO.....	419
13.2. CONVENCIONAL OU INSTITUÍDO .	375	3.4. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS...	421
14. UNIÃO ESTÁVEL	376	3.5. LEGADO.....	421
14.1. DEVERES ENTRE OS COMPANHEIROS.....	378	3.6. REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO.....	423
14.2. RELAÇÕES PATRIMONIAIS	379	4. COLAÇÃO	424
14.3. UNIÃO ESTÁVEL IMPURA	380	CAPÍTULO 18 – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	426
14.4. UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA....	381	1. VIGÊNCIA DAS NORMAS	426
14.5. VALIDADE DA FIANÇA SEM OUTORGA.....	383	✦ DICAS.....	428
15. TUTELA E CURATELA	384	1. ACEPÇÕES E GENERALIDADES DO DIREITO	428
15.1. TUTELA	384	1.1. DIREITO E MORAL	428
15.2. CURATELA DO DEFICIENTE.....	384	1.2. DIREITO POSITIVO E NATURAL.....	428
15.3. CURATELA DO NASCITURO	386	1.3. DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO ...	428
15.4. CURATELA EXERCIDA PELO CÔNJUGE.....	387	1.4. DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	429
15.5. TOMADA DE DECISÃO APOIADA...	387	1.5. PRECEDENTES DA CODIFICAÇÃO .	429
CAPÍTULO 17 – DIREITO DAS SUCESSÕES	388	1.6. CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	429
1. SUCESSÃO EM GERAL.....	388	1.7. CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	429
1.1. CLASSIFICAÇÃO DA HERANÇA.....	388	1.7.1. CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA CODIFICAÇÃO DE 2002.....	429
1.2. TRANSMISSÃO DA HERANÇA.....	388	1.7.2. DIREITO CIVIL – CONSTITUCIONAL. TEORIA DA EFICÁCIA HORIZONTAL.....	430
1.3. SUCESSÃO A TÍTULO UNIVERSAL..	390	2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	430
1.4. RESPONSABILIDADE DOS HERDEIROS.....	390	2.1. FUNÇÃO	430
1.5. CESSÃO DA HERANÇA.....	392	2.2. FONTES DO DIREITO.....	430
1.6. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	392	2.2.1. FONTES FORMAIS DIRETAS OU IMEDIATAS. FONTES NÃO FORMAIS, INDIRETAS OU MEDIATAS	430
1.7. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	393	2.3. LEI.....	431
1.8. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	396	2.3.1. ACEPÇÃO.....	431
1.9. HERANÇA JACENTE	399	2.3.2. CLASSIFICAÇÃO	431
1.10. PETIÇÃO DE HERANÇA	401	2.3.3. VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO. REPRISTINAÇÃO X EFEITO REPRISTINATÓRIO	432
2. SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	402	2.3.4. OBRIGATORIEDADE DAS LEIS.....	434
2.1. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	402	2.3.5. INTEGRAÇÃO DAS LEIS	434
2.1.1. DESCENDENTES	402	2.3.6. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS.....	436
2.1.2. CÔNJUGE E COMPANHEIRO SOBREVIVENTE	404		
2.1.3. ASCENDENTES.....	406		
2.1.4. COLATERAIS.....	407		
2.2. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO.....	410		
2.3. HERDEIROS NECESSÁRIOS	415		
2.4. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO.....	416		
3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	418		
3.1. TESTAMENTO VITAL	418		

2.3.7.	CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO.....	436	4.3.1.	ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	458
2.3.8.	EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO.....	437	4.4.	CLASSIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	460
2.3.9.	ATOS PERANTE AUTORIDADE CONSULAR BRASILEIRA.....	439	4.4.1.	QUANTO À NACIONALIDADE.....	460
2.3.10.	ANTINOMIAS OU LACUNAS DE CONFLITO.....	439	4.4.2.	QUANTO À ESTRUTURA INTERNA.....	460
2.3.11.	NOVA LEI N. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018.....	440	4.4.3.	QUANTO AO CAMPO DE ATUAÇÃO.....	460
✦ CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL 443			4.5.	ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS.....	460
3.	PESSOAS.....	443	4.5.1.	ASSOCIAÇÕES.....	460
3.1.	PESSOAS NATURAIS.....	443	4.5.2.	FUNDAÇÕES.....	461
3.1.1.	PERSONALIDADE. CAPACIDADE. LEGITIMAÇÃO.....	443	4.5.3.	SOCIEDADE.....	462
3.1.2.	COMEÇO DA PERSONALIDADE. NASCITURO. TEORIAS.....	443	4.5.4.	ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. PARTIDOS POLÍTICOS.....	463
3.1.3.	INCAPACIDADES.....	444	4.5.5.	OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.....	463
3.1.4.	TEMAS DIVERSOS DE INCAPACIDADE.....	445	4.6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	463
3.1.5.	REPRESENTAÇÃO. AUTO-CONTRATO OU CONTRATO CONSIGO MESMO (CC, ARTS. 115 A 120).....	446	4.7.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	465
3.1.6.	MAIORIDADE. EMANCIPAÇÃO (CC, ART. 5º, I A V).....	447	4.8.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	465
3.1.7.	EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL. COMORIÊNCIA.....	447	4.8.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL – LEI DAS VACINAS.....	465
3.2.	AUSÊNCIA (CC, ART. 22 A 39).....	448	4.9.	EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	466
3.3.	DO REGISTRO E DA AVERBAÇÃO.....	449	5.	DOMICÍLIO.....	466
3.4.	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA.....	449	5.1.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL.....	466
3.4.1.	NOME (CC, ART. 16 A 19).....	450	5.1.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA.....	467
3.4.2.	ALTERAÇÃO DO PRENOME.....	450	5.2.	DOMICÍLIO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	467
3.4.3.	ALTERAÇÃO DO SOBRENOME.....	451	5.2.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA.....	468
3.5.	ESTADO DAS PESSOAS.....	452	6.	BENS.....	468
3.6.	DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	452	6.1.	GENERALIDADES.....	468
4.	PESSOAS JURÍDICAS.....	457	6.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS.....	468
4.1.	FINALIDADE. PERSONALIDADE. SOCIEDADE DE FATO E IRREGULAR.....	457	6.2.1.	CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	469
4.2.	TEORIAS DA PESSOA JURÍDICA.....	457	6.2.2.	RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	471
4.3.	CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	458			

6.2.3.	QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO.....	472	7.8.1.	DIFERENÇAS ENTRE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL.....	490
7.	FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	472	7.8.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS ATOS ILÍCITOS.....	491
7.1.	GENERALIDADES.....	472	7.8.3.	ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	491
7.1.1.	CLASSIFICAÇÃO.....	473	7.8.4.	TEMAS IMPORTANTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ABUSIVO.....	491
7.2.	AQUISIÇÃO DE DIREITOS.....	473	8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	492
7.3.	NEGÓCIO JURÍDICO.....	474	8.1.	PRESCRIÇÃO.....	492
7.3.1.	GENERALIDADES.....	474	8.1.1.	PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS DE PRESCRIÇÃO.....	496
7.3.2.	INTERPRETAÇÃO.....	475	8.2.	DECADÊNCIA.....	497
7.3.3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS (RESERVA MENTAL).....	476	8.3.	DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	497
7.3.4.	ELEMENTOS ACIDENTAIS..	477	9.	PROVA.....	498
7.4.	PRAZO.....	480	9.1.	GENERALIDADES.....	498
7.5.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	481	9.2.	PRINCÍPIOS DA PROVA.....	498
7.5.1.	GENERALIDADES.....	481	9.3.	REGRAS IMPORTANTES SOBRE A PROVA.....	499
7.5.2.	ERRO OU IGNORÂNCIA.....	481	9.4.	MEIOS DE PROVA.....	499
7.5.3.	DOLO.....	482	9.4.1.	CONFISSÃO.....	499
7.5.4.	COAÇÃO.....	483	9.4.2.	DOCUMENTO.....	500
7.5.5.	ESTADO DE PERIGO.....	483	9.4.3.	TESTEMUNHA.....	504
7.5.6.	LESÃO.....	483	9.4.4.	PRESUNÇÃO.....	505
7.5.7.	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	484	9.4.5.	PERÍCIA.....	506
7.5.8.	DIFERENÇAS ENTRE FRAUDE CONTRA CREDORES X FRAUDE À EXECUÇÃO.....	485	✦	DIREITO CIVIL: PARTE ESPECIAL	506
7.6.	INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	486	10.	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	506
7.6.1.	GENERALIDADES.....	486	10.1.	GENERALIDADES.....	506
7.6.2.	ESPÉCIES DE NULIDADE....	486	10.2.	DAS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES.....	506
7.6.3.	NEGÓCIO JURÍDICO INEXISTENTE.....	486	10.2.1.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	506
7.6.4.	NEGÓCIO JURÍDICO NULO (NULIDADE ABSOLUTA).....	487	10.2.2.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	510
7.6.5.	NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL (NULIDADE RELATIVA).....	487	10.3.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	510
7.6.6.	SIMULAÇÃO.....	488	10.3.1.	CESSÃO DE CRÉDITO.....	510
7.6.7.	ANOTAÇÕES ARTIGO POR ARTIGO DE INVALIDADE....	489	10.3.2.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA OU CESSÃO DE DÉBITO.....	511
7.6.8.	DIFERENÇAS ENTRE NULO X ANULÁVEL.....	489	10.3.3.	CESSÃO DE CONTRATO: OU CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL.....	512
7.7.	ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.....	490	10.4.	ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	512
7.7.1.	CLASSIFICAÇÃO.....	490			
7.8.	ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS.....	490			

10.4.1. PAGAMENTO DIRETO OU NORMAL.....	512	12.4. DOAÇÃO.....	534
10.5. FORMAS ESPECIAIS OU INDIRETAS DE PAGAMENTO	513	12.5. LOCAÇÃO DE COISAS.....	536
10.5.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO.....	513	12.6. EMPRÉSTIMO	536
10.5.2. PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	514	12.7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	536
10.5.3. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	514	12.8. EMPREITADA (LOCAÇÃO DE OBRA).....	537
10.5.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO ..	514	12.9. DEPÓSITO	537
10.6. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO	514	12.10. MANDATO	538
10.6.1. NOVAÇÃO	514	12.11. COMISSÃO	539
10.6.2. COMPENSAÇÃO	515	12.12. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	539
10.6.3. CONFUSÃO.....	516	12.13. CORRETAGEM	539
10.6.4. REMISSÃO DE DÍVIDAS.....	516	12.14. TRANSPORTE	539
10.7. INADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES	517	12.15. SEGURO.....	540
10.7.1. INADIMPLENTO ABSOLUTO	519	12.16. CONSTITUIÇÃO DE RENDA	541
10.7.2. MORA.....	520	12.17. JOGO E APOSTA	541
10.7.3. JUROS LEGAIS	522	12.18. FIANÇA.....	541
10.7.4. CLÁUSULA PENAL	522	12.19. TRANSAÇÃO	542
10.7.5. ARRAS OU SINAL	523	12.20. COMPROMISSO	543
10.7.6. PERDAS E DANOS	523	13. ATOS UNILATERAIS.....	543
11. CONTRATOS EM GERAL.....	523	13.1. PROMESSA DE RECOMPENSA	543
11.1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	523	13.2. GESTÃO DE NEGÓCIOS	543
11.2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS CONTRATOS.....	525	13.3. PAGAMENTO INDEVIDO.....	544
11.3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	525	13.4. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	544
11.4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	526	14. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	545
11.5. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS	527	14.1. INTRODUÇÃO	545
11.6. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	527	14.2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	545
11.7. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	528	14.2.1. CONDOTA HUMANA E CULPA.....	545
11.8. VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	528	14.2.2. NEXO DE CAUSALIDADE... ..	545
11.9. EVICÇÃO.....	529	14.2.3. DANO OU PREJUÍZO.....	546
11.10. CONTRATOS ALEATÓRIOS.....	530	14.3. RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ	548
11.11. CONTRATO PRELIMINAR.....	530	14.4. ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	548
11.12. EXTINÇÃO DO CONTRATO	530	14.5. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM OU INDIRETA	548
12. CONTRATOS EM ESPÉCIE	532	15. DIREITOS DAS COISAS.....	550
12.1. COMPRA E VENDA	532	15.1. POSSE.....	551
12.2. TROCA OU PERMUTA.....	534	15.2. TEORIAS SOBRE A POSSE.....	551
12.3. CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	534	15.2.1. ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES DA POSSE.....	551
		15.2.2. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE	552
		15.2.3. EFEITOS DA POSSE	552
		15.3. PROPRIEDADE.....	557
		15.3.1. DESCOBERTA	557

15.3.2. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	558	23.3.1. FILIAÇÃO	593
15.3.3. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	565	23.3.2. RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	593
15.3.4. PERDA DA PROPRIEDADE	567	23.3.3. ADOÇÃO.....	594
15.4. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	567	23.3.4. PODER FAMILIAR.....	595
15.5. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	567	23.4. ALIMENTOS.....	597
16. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	567	✦ REVISAO ALIMENTOS – “77 DICAS”	597
16.1. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	567	✦ JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ..	597
16.2. ÁRVORES LIMÍTROFES.....	567	23.5. BEM DE FAMÍLIA	602
16.3. PASSAGEM FORÇADA.....	567	23.6. UNIÃO ESTÁVEL.....	603
16.4. PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES	568	23.7. TUTELA. CURATELA.....	605
16.5. ÁGUAS.....	568	24. DIREITO DAS SUCESSÕES	612
16.6. LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM	568	24.1. ABERTURA DA SUCESSÃO	612
16.7. DIREITO DE CONSTRUIR.....	568	24.2. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	613
17. CONDOMÍNIO.....	569	24.3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO	613
18. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	576	24.4. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA....	614
19. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	576	24.5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	614
20. FUNDO DE INVESTIMENTO.....	577	24.6. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	615
21. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	578	24.7. HERANÇA JACENTE E VACANTE....	615
21.1. DIREITO REAL DE LAJE	578	24.8. PETIÇÃO DE HERANÇA	616
22. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	580	24.9. SUCESSÃO LEGÍTIMA (ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA)	616
23. DIREITO DE FAMÍLIA	581	24.9.1. HERDEIROS NECESSÁRIOS	617
23.1. INTRODUÇÃO	581	24.10. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	618
23.2. CASAMENTO	581	24.11. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	618
23.2.1. PROCESSO DE HABILITAÇÃO. CAPACIDADE.....	582	24.11.1. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO	618
23.2.2. IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS	583	24.11.2. CODICILOS.....	619
23.2.3. OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS	583	24.11.3. TESTAMENTOS ESPECIAIS...	619
23.2.4. CELEBRAÇÃO.....	584	24.11.4. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	619
23.2.5. PROVAS DO CASAMENTO.	584	24.11.5. LEGADOS	619
23.2.6. ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO E INVÁLIDO	585	24.11.6. DIREITO DE ACRESCER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS.....	620
23.2.7. REGIME DE BENS E PACTO ANTENUPCIAL.....	585	24.11.7. SUBSTITUIÇÕES. FIDEICOMISSO	620
23.2.8. INVALIDADE DO CASAMENTO	586	24.11.8. DESERDAÇÃO.....	621
23.2.9. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL	589	24.11.9. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS....	621
23.2.10. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS	591		

24.11.10. REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO.....	621	✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .	628
24.11.11. ROMPIMENTO DO TESTAMENTO.....	621	1. SÚMULAS DO STF - PARTE GERAL	628
24.11.12. TESTAMENTEIRO.....	621	2. SÚMULAS DO STF - OBRIGAÇÕES.....	629
24.12. INVENTÁRIO.....	621	3. SÚMULAS DO STF - CONTRATOS	629
24.13. SONEGADOS	622	4. SÚMULAS DO STF - RESPONSABILIDADE CIVIL.....	630
24.14. COLAÇÃO.....	622	5. SÚMULAS DO STF - COISAS.....	630
24.15. PARTILHA.....	622	6. SÚMULAS DO STF - FAMÍLIA	630
24.16. SUCESSÃO DO COMPANHEIRO	624	7. SÚMULAS DO STF - SUCESSÕES.....	631
25. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	624	✦ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	631
25.1. PRAZOS REDUZIDOS PELO NOVO CÓDIGO CIVIL	624	1. SÚMULAS DO STJ – PARTE GERAL	631
25.2. PRAZOS DE USUCAPIÃO	624	2. SÚMULAS DO STJ – OBRIGAÇÕES.....	632
25.3. PRAZOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL...	624	3. SÚMULAS DO STJ – CONTRATOS	633
25.4. CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES	625	4. SÚMULAS DO STJ - RESPONSABILIDADE CIVIL.....	634
25.5. FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	625	5. SÚMULAS DO STJ – COISAS.....	635
25.6. MODIFICAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	625	6. SÚMULAS DO STJ – FAMÍLIA	635
25.7. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	625	✦ ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CJF/STJ	636
25.8. OBRIGATORIEDADE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 DURANTE A VACATIO LEGIS	625	1. ENUNCIADOS DA PARTE GERAL.....	636
25.9. LOCAÇÃO DE PRÉDIO URBANO	626	2. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – OBRIGAÇÕES.....	639
25.10. PROIBIÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE NOVAS ENFITEUSES E SUBENFITEUSES.....	626	3. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – CONTRATOS	641
25.11. REGIME DE BENS DE CASAMENTOS REALIZADOS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	627	4. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – RESPONSABILIDADE CIVIL	644
25.12. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E RESTRIÇÃO AOS BENS DA LEGÍTIMA	627	5. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – COISAS	646
25.13. VIGÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS, ADMINISTRATIVAS OU PENAIS	627	6. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – FAMÍLIA	650
25.14. DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL	628	7. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – SUCESSÕES.....	653
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	628	✦ ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM).....	654
		DIREITO CONSTITUCIONAL.....	657
		<i>Paulo Lépore</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	657
		✦ QUESTÕES.....	659

1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO – HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES	659	22. ORDEM SOCIAL.....	789
2. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	660	23. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	796
3. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	671	✦ DICAS.....	799
4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	673	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	799
5. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	674	1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	799
6. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	684	1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	799
7. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	689	1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	799
8. DIREITOS SOCIAIS E DIREITOS DA NACIONALIDADE	698	1.4. CONSTITUCIONALISMO	799
9. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	701	1.4.1. CONCEITO.....	799
10. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	707	1.4.2. ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS	799
11. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	710	1.5. OUTROS MODELOS DE CONSTITUCIONALISMO	800
12. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	715	1.5.1. CONSTITUCIONALISMO SOCIAL	800
13. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	725	1.5.2. CONSTITUCIONALISMO TRANSNACIONAL	800
13.1. DIREITOS DO SERVIDOR. REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS E GREVE	728	1.5.3. CONSTITUCIONALISMO GLOBAL.....	801
14. SEPARAÇÃO DOS PODERES	731	1.5.4. TRANSCONSTITUCIONALISMO	801
14.1. PODER LEGISLATIVO.....	731	1.5.5. CONSTITUCIONALISMO POPULAR.....	801
14.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO...	740	1.5.6. CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO.....	801
14.2. PODER EXECUTIVO.....	745	1.6. PÓS-POSITIVISMO.....	801
14.3. PODER JUDICIÁRIO	749	1.7. NEOPOSITIVISMO.....	801
14.4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	758	1.8. CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO	801
14.5. SÚMULA VINCULANTE.....	760	1.9. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL...	802
15. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	763	1.10. CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	802
16. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	764	1.10.1. QUANTO À ORIGEM.....	802
17. CONTROLE DIFUSO	772	1.10.2. QUANTO AO CONTEÚDO..	802
18. CONTROLE CONCENTRADO.....	773	1.10.3. QUANTO À FORMA	802
19. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	781	1.10.4. QUANTO À ESTABILIDADE	803
20. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO..	782	1.10.5. QUANTO À EXTENSÃO	803
21. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	785	1.10.6. QUANTO À FINALIDADE	803
		1.10.7. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO	803
		1.10.8. QUANTO À IDEOLOGIA	803
		1.10.9. QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOEWENSTEIN)	803

1.11. COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	804	2.1.3. REVISÃO CONSTITUCIONAL.....	811
1.12. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	804	2.1.4. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	811
1.13. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	804	2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	812
1.14. CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS	804	3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	813
1.15. NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS.....	805	3.1. FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA....	813
1.16. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	805	3.2. FEDERALISMO.....	813
1.17. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	805	3.3. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.....	814
1.18. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA.....	805	3.4. PODERES DA UNIÃO.....	814
1.19. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	806	3.5. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS.....	814
1.20. EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	806	3.6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	814
1.21. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	806	3.7. PRECEITOS FUNDAMENTAIS.....	814
1.22. LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO.....	807	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	814
1.23. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	807	4.1. TEORIA GERAL.....	814
1.23.1. PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO.....	807	4.2. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	819
1.23.2. OUTROS PRINCÍPIOS.....	807	4.3. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	836
1.24. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA.....	808	4.3.1. <i>HABEAS CORPUS</i>	836
1.25. CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO.....	808	4.3.2. MANDADO DE SEGU-RANÇA.....	837
1.26. FILOSOFIA CONSTITUCIONAL.....	809	4.3.3. MANDADO DE SEGU-RANÇA COLETIVO.....	838
1.27. TEORIAS DO DISCURSO E DA ARGUMENTAÇÃO.....	809	4.3.4. <i>HABEAS DATA</i>	839
2. PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	810	4.3.5. MANDADO DE INJUNÇÃO	840
2.1. PODER CONSTITUINTE.....	810	4.3.6. AÇÃO POPULAR.....	841
2.1.1. ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE.....	810	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	842
2.1.2. LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO.....	810	5. DIREITOS SOCIAIS.....	843
		5.1. TEORIA GERAL.....	843
		5.2. TRABALHADOR DOMÉSTICO.....	844
		6. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	846
		6.1. BRASILEIROS NATOS.....	846
		6.2. BRASILEIROS NATURALIZADOS.....	846
		6.3. CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS.....	847
		6.4. PERDA DA NACIONALIDADE.....	847
		6.5. MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	847
		6.6. EXTRADIÇÃO.....	848
		6.7. IDIOMA OFICIAL.....	849
		7. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	849
		7.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	849

7.2.	CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	849	11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	891
7.3.	ALISTAMENTO E VOTO	849	11.1.	MINISTÉRIO PÚBLICO	891
7.4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	850	11.2.	ADVOCACIA PÚBLICA	896
7.5.	SISTEMAS ELEITORAIS	850	11.3.	ADVOCACIA	897
7.6.	INELEGIBILIDADE REFLEXA	851	11.4.	DEFENSORIA PÚBLICA	897
7.7.	ELEGIBILIDADE DO MILITAR	851			
7.8.	HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE	851	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	899
7.9.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELE- TIVO	852	12.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	899
7.10.	PARTIDOS POLÍTICOS	852	12.1.	BLOCO DE CONSTITUCIONALI- DADE	899
8.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRA- TIVA	854	12.2.	EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRA- SIL	899
8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	854	12.3.	FORMAS DE INCONSTITUCIONA- LIDADE	900
8.2.	INTERVENÇÃO	855	12.3.1.	CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO	900
8.3.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUI- ÇÃO DE COMPETÊNCIAS	856	12.3.2.	CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO	900
8.3.1.	COMPETÊNCIA DA UNIÃO	857	12.4.	CONTROLE JURISDICIONAL	901
8.3.2.	COMPETÊNCIA DOS ESTA- DOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE	859	12.4.1.	CONTROLE DIFUSO	901
8.3.3.	COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS	861	12.4.2.	CONTROLE CONCEN- TRADO	904
			12.5.	CONTROLE CONCENTRADO ESTA- DUAL	914
✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	862	12.6.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	915
9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	862	12.7.	HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	916
9.1.	CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA	862	12.8.	TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CON- TROLE DE CONSTITUCIONALI- DADE	919
9.2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	862			
9.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	863	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	919
9.4.	SERVIDORES PÚBLICOS	863	13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	919
			13.1.	ESTADO DE DEFESA	919
✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	868	13.2.	ESTADO DE SÍTIO	920
10.	SEPARAÇÃO DOS PODERES	869	13.3.	FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA	920
10.1.	PODER LEGISLATIVO	869	14.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	921
10.1.1.	IMUNIDADES	870	14.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	921
10.1.2.	COMISSÃO PARLAMEN- TAR DE INQUÉRITO – CPI	872	14.2.	PRINCÍPIOS	921
10.1.3.	TRIBUNAL DE CONTAS	875	14.3.	ORÇAMENTO	922
10.1.4.	PROCESSO LEGISLATIVO	876	15.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	923
10.2.	PODER EXECUTIVO	879	15.1.	PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔ- MICA	923
10.3.	PODER JUDICIÁRIO	882			
10.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	888			
10.3.2.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE	890			

15.2. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO	924	7. LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	950
15.3. POLÍTICA URBANA.....	924	8. LUGAR DO CRIME.....	951
15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA.....	924	9. CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	952
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	924	10. DO CRIME	953
16. ORDEM SOCIAL.....	925	10.1. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES	953
16.1. SEGURIDADE SOCIAL	925	10.2. TEORIA DO DELITO.....	955
16.2. EDUCAÇÃO	927	10.3. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	961
16.3. CULTURA.....	928	10.4. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	965
16.4. MEIO AMBIENTE	929	10.5. CRIME IMPOSSÍVEL.....	972
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO.....	929	10.6. DOLO	973
16.6. ÍNDIOS	930	10.7. CULPA.....	974
17. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	930	10.8. ERRO	976
		10.9. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	983
		11. CULPABILIDADE.....	986
		11.1. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	988
✦ SÚMULAS STJ.....	932	12. CONCURSO DE PESSOAS	989
1. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	931	13. REGIME DE PENA	993
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS	931	14. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	993
3. DIREITOS POLÍTICOS.....	932	15. PENA DE MULTA.....	998
4. IMUNIDADE PARLAMENTAR.....	932	16. APLICAÇÃO DA PENA	999
5. MAGISTRATURA.....	932	17. CONCURSO DE CRIMES	1011
6. MINISTÉRIO PÚBLICO	932	18. ERRO NA EXECUÇÃO	1015
7. PRECATÓRIOS	932	19. RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO ...	1016
8. PROCESSO LEGISLATIVO.....	932	20. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	1017
9. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS..	932	21. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	1018
10. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	932	22. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	1019
11. TRIBUNAL DE CONTAS.....	932	23. REABILITAÇÃO.....	1021
1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	932	24. MEDIDAS DE SEGURANÇA	1021
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	933	25. AÇÃO PENAL	1023
3. "HABEAS DATA".....	933	26. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	1026
4. MANDADO DE SEGURANÇA	933	26.1. PRESCRIÇÃO.....	1030
5. PRECATÓRIOS.....	933	27. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	1035
		27.1. HOMICÍDIO	1035
DIREITO PENAL	935	27.2. INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO.....	1040
Rogério Sanches Cunha		27.3. INFANTICÍDIO	1040
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	935	27.4. ABORTO.....	1041
		27.5. LESÃO CORPORAL	1043
✦ QUESTÕES.....	937	27.6. CRIMES CONTRA A HONRA.....	1046
1. CRIMINOLOGIA	937	27.7. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO.....	1050
2. PRINCÍPIOS.....	937	27.8. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	1050
3. FONTES DO DIREITO PENAL	942	27.9. INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO.....	1051
4. LEI PENAL.....	943	28. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	1051
5. LEI PENAL NO TEMPO.....	945		
6. LEI PENAL NO ESPAÇO	947		

28.1. FURTO	1051	41. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1091
28.2. ROUBO	1060	41.1. PECULATO	1091
28.3. EXTORSÃO	1065	41.2. PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM	1093
28.4. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	1066	41.3. CONCUSSÃO	1093
28.5. DANO	1067	41.4. CORRUPÇÃO PASSIVA	1094
28.6. INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA	1067	41.5. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA	1095
28.7. APROPRIAÇÃO INDÉBITA	1068	41.6. DESOBEDIÊNCIA	1096
28.8. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	1068	41.7. DESACATO	1097
28.9. ESTELIONATO	1069	41.8. CORRUPÇÃO ATIVA	1098
28.10. DUPLICATA SIMULADA	1072	41.9. DESCAMINHO	1098
28.11. RECEPÇÃO	1073	41.10. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ...	1099
28.12. ESCUSAS	1075	41.11. DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	1100
29. ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA	1076	41.12. AUTOACUSAÇÃO FALSA	1102
30. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA	1077	41.13. FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA	1102
31. IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA	1078	41.14. EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES	1103
32. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ..	1078	41.15. FAVORECIMENTO REAL	1103
32.1. ESTUPRO	1078	41.16. PATROCÍNIO SIMULTÂNEO OU TERGIVERSAÇÃO	1104
32.2. VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE	1080	42. LEGISLAÇÃO ESPECIAL	1104
32.3. IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	1080	42.1. LEI DE DROGAS	1104
32.4. ESTUPRO DE VULNERÁVEL	1081	42.2. CRIMES AMBIENTAIS	1113
32.5. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL	1084	42.3. LEI MARIA DA PENHA	1115
32.6. ATO OBSCENO	1085	42.4. CRIMES DE TRÂNSITO	1118
33. REGISTRO DE NASCIMENTO INEXISTENTE	1086	42.5. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1122
34. ABANDONO INTELECTUAL	1086	42.6. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO ..	1124
35. INCÊNDIO	1087	42.7. ARMA DE FOGO	1127
36. INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA	1087	42.8. JUIZADOS ESPECIAIS	1131
37. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	1087	42.9. CONTRAVENÇÕES PENAIS	1132
38. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	1088	42.10. EXECUÇÃO PENAL	1133
39. FALSIDADE IDEOLÓGICA	1089	42.11. CRIMES MILITARES	1143
40. CERTIDÃO OU ATESTADO IDEOLOGICAMENTE FALSO	1090	42.12. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1145
		42.13. CRIME ORGANIZADO	1145
		42.14. LAVAGEM DE DINHEIRO	1150
		42.15. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA	1151
		42.16. CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR ...	1151
		42.17. TORTURA	1153
		42.18. CRIMES FALIMENTARES	1154

✦ DICAS.....	1155	2.1. STF.....	1292
1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	1155	3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	1292
2. FONTES DO DIREITO PENAL.....	1156	3.1. STF.....	1292
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	1156	4. CONCURSO DE PESSOAS.....	1292
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	1156	4.1. STF.....	1292
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	1158	5. APLICAÇÃO DA PENA.....	1292
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	1159	5.1. STF.....	1292
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	1160	5.2. STJ.....	1292
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	1161	6. PENA DE MULTA.....	1293
9. DO CRIME.....	1162	6.1. STF.....	1293
10. <i>ITER CRIMINIS</i>	1170	7. AÇÃO PENAL.....	1293
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	1172	7.1. STF.....	1293
12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	1174	8. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE...	1293
13. AÇÃO PENAL.....	1185	8.1. STJ.....	1293
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	1187	9. PRESCRIÇÃO.....	1293
15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	1190	9.1. STF.....	1293
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	1203	9.2. STJ.....	1293
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	1216	10. FURTO.....	1293
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	1217	10.1. STJ.....	1293
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL..	1218	11. ROUBO.....	1294
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	1225	11.1. STF.....	1294
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	1225	11.2. STJ.....	1294
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	1226	12. EXTORSÃO.....	1294
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	1229	12.1. STJ.....	1294
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	1230	13. ESTELIONATO.....	1294
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1233	13.1. STF.....	1294
26. CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	1252	13.2. STJ.....	1294
27. LEIS ESPECIAIS.....	1258	14. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	1294
✦ SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1292	14.1. STJ.....	1294
1. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	1292	15. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	1294
1.1. STF.....	1292	15.1. STJ.....	1294
1.2. STJ.....	1292	16. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	1294
2. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	1292	16.1. STJ.....	1294
		17. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	1294
		17.1. STF.....	1294
		17.2. STJ.....	1295
		18. FALSA IDENTIDADE.....	1295
		18.1. STJ.....	1295
		19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1295
		19.1. STJ.....	1295
		20. CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	1295
		20.1. STJ.....	1295

21. FALSO TESTEMUNHO.....	1295	5.2. SOCIEDADES SIMPLES.....	1317
21.1. STJ.....	1295	5.3. SOCIEDADE EM COMUM.....	1318
22. LEIS ESPECIAIS.....	1295	5.4. SOCIEDADE LIMITADA.....	1319
22.1. CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	1295	5.5. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1325
22.1.1. STJ.....	1295	5.6. SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	1335
22.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE... ..	1295	6. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	1337
22.2.1. STF.....	1295	7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1341
22.2.2. STJ.....	1295	8. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005).....	1342
22.3. EXECUÇÃO PENAL.....	1295	8.1. ASPECTOS GERAIS.....	1342
22.3.1. STF.....	1295	8.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1342
22.3.2. STJ.....	1296	8.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL.....	1349
22.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	1296	8.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL ...	1350
22.4.1. STJ.....	1296	8.5. FALÊNCIA.....	1351
22.5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	1296	9. DIREITO CAMBIÁRIO (TÍTULOS DE CRÉDITO).....	1361
22.5.1. STF.....	1296	9.1. ASPECTOS GERAIS.....	1361
22.6. LEI Nº 9.099/95.....	1297	9.2. TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE.....	1363
22.6.1. STF.....	1297	9.2.1. LETRA DE CÂMBIO.....	1363
22.6.2. STJ.....	1297	9.2.2. CHEQUE.....	1363
22.7. CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES.....	1297	9.2.3. NOTA PROMISSÓRIA.....	1365
22.7.1. STJ.....	1297	9.2.4. DUPLICATA.....	1365
22.8. CRIMES DE TRÂNSITO.....	1297	9.2.5. CÉDULAS DE CRÉDITO.....	1368
22.8.1. STF.....	1297	9.3. ATOS CAMBIAIS.....	1369
22.8.2. STJ.....	1297	9.3.1. AVAL.....	1369
22.9. ARMAS DE FOGO.....	1297	9.3.2. ENDOSSO.....	1370
22.9.1. STJ.....	1297	9.3.3. PROTESTO.....	1371
22.10. LEI MARIA DA PENHA.....	1297	9.4. PRESCRIÇÃO.....	1372
22.10.1. STJ.....	1297	10. DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL... ..	1373
22.11. LEI DE DROGAS.....	1297	10.1. ASPECTOS GERAIS.....	1373
22.11.1. STF.....	1297	10.2. INVENÇÕES E MODELOS DE UTILIDADE.....	1374
22.11.2. STJ.....	1297	10.3. MARCA.....	1375
DIREITO EMPRESARIAL.....	1299	11. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1376
<i>Daniel Messias da Trindade</i>		11.1. FRANQUIA.....	1376
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1299	11.2. ARRENDAMENTO MERCANTIL (“LEASING”).....	1378
✦ QUESTÕES.....	1301	11.3. CONTRATOS BANCÁRIOS.....	1378
1. TEORIA DA EMPRESA.....	1301	✦ DICAS (RESUMO).....	1380
2. EMPRESÁRIO.....	1301	1. TEORIA GERAL.....	1380
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1306	TEORIA GERAL DA EMPRESA.....	1380
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	1312	EMPRESA E EMPRESÁRIO.....	1380
5. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1314		
5.1. ASPECTOS GERAIS.....	1314		

CONCEITO DE EMPRESA.....	1380	10. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1416
NOME EMPRESARIAL	1380	DIREITO AGRÁRIO	1425
2. EMPRESÁRIO	1381	<i>Ronaldo Vieira Francisco</i>	
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	1382	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1425
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1383	✦ QUESTÕES.....	1427
TRESPASSE	1383	1. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	1427
SÚMULAS APLICÁVEIS	1385	2. IMÓVEL RURAL OU PRÉDIO RÚSTICO.....	1429
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO	1385	2.1. PEQUENA PROPRIEDADE OU	
5. DIREITO SOCIETÁRIO	1386	POSSE RURAL FAMILIAR.....	1429
SOCIEDADES SIMPLES	1386	3. TERRAS DEVOLUTAS.....	1430
SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	1386	4. EMENDA CONSTITUCIONAL 45, DE 30 DE	
SOCIEDADE EM COMUM.....	1386	DEZEMBRO DE 2004	1431
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	1386	5. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL	1432
SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPA-		6. DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA	1434
ÇÃO	1386	7. COOPERATIVISMO	1436
SOCIEDADES PERSONIFICADAS	1387	8. CONTRATOS AGRÁRIOS	1436
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	1387	8.1. PARCERIA RURAL.....	1436
SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	1391	8.2. ARRENDAMENTO RURAL.....	1437
MICROEMPRESA E EMPRESA DE		✦ DICAS (RESUMO)	1439
PEQUENO PORTE	1394	1. POSIÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO.....	1439
1. TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORE-		2. AFINIDADE DO DIREITO AGRÁRIO COM	
CIDO.....	1394	OUTRAS CIÊNCIAS TÉCNICAS E RAMOS	
2. REGIME SIMPLIFICADO DE TRIBUTAÇÃO		DO DIREITO.....	1439
(SIMPLES NACIONAL)	1394	3. PRINCÍPIOS DE DIREITO AGRÁRIO	1439
3. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL		4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIE-	
X MICROEMPRESA X EMPRESA DE		DADE RURAL NO BRASIL	1439
PEQUENO PORTE	1394	4.1. SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO	1440
4. OBJETO.....	1395	5. PRÉDIO RÚSTICO	1440
5. REGISTRO.....	1395	6. SERVIDÕES.....	1441
6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALI-		7. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL....	1442
DADE JURÍDICA	1395	7.1. USUCAPIÃO DE TERRAS DESTITUI-	
7. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIO-		DAS DE REGISTRO.....	1445
NAL (LEI 11.101/2005)	1396	8. COLONIZAÇÃO.....	1445
7.1 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1396	9. LEGITIMAÇÃO DA POSSE (USUCAPIÃO	
7.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1397	“PRO DESERTO”).....	1446
7.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPE-		10. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. LIMI-	
CIAL.....	1398	TAÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE	1446
7.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL ...	1399	11. MÉTODOS DA REFORMA AGRÁRIA	1448
7.4. FALÊNCIA	1399	12. DESAPROPRIAÇÃO	1448
7.5. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZI-		12.1. DESAPROPRIAÇÃO POR INTE-	
DAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE		RESSE SOCIAL, PARA FINS DE	
DEZEMBRO DE 2020.....	1402	REFORMA AGRÁRIA	1450
8. DIREITO CAMBIÁRIO (TÍTULOS DE CRÉ-			
DITO).....	1403		
9. DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1411		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1416		

12.2. PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO RURAL.....	1451	✦ QUESTÕES.....	1467
12.3. FLUXOGRAMA – FASE DECLARATÓRIA-ADMINISTRATIVA.....	1453	1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1467
12.4. FLUXOGRAMA – FASE JUDICIAL....	1453	2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) E DOS SEUS DIREITOS BÁSICOS.....	1470
12.5. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA E OS TRIBUTOS.....	1455	3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1474
12.6. NATUREZA JURÍDICA DO DECRETO PRESIDENCIAL.....	1455	3.1. DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA.....	1477
12.7. OCUPAÇÃO OU INVASÃO DO IMÓVEL POR MANIFESTANTES.....	1455	3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1479
12.8. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA.....	1456	3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1494
12.9. ABERTURA DA SUCESSÃO DURANTE A DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO RURAL.....	1456	3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1502
12.10. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO. PEQUENA E MÉDIA PROPRIEDADE.....	1456	4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1508
12.11. DIVERGÊNCIA ENTRE A ÁREA REGISTRADA E A APURADA.....	1457	4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1512
12.12. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO E CONDOMÍNIO.....	1457	4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1518
12.13. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. INTERVENÇÃO DO MP.....	1457	4.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	1523
12.14. DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	1457	5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1528
12.15. DESMEMBRAMENTO. PERÍODO CRÍTICO.....	1458	5.1. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1532
12.16. OCUPAÇÃO ÍNFIMA DA PROPRIEDADE.....	1458	5.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1534
12.17. MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA PROMOVIDAS PELA LEI N. 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (CONVERSÃO DA MP 759/2016).....	1458	5.3. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	1540
13. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR).....	1459	5.4. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1541
14. DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS.....	1460	6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1544
15. CONTRATOS AGRÁRIOS.....	1460	6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1555
16. TERRAS INDÍGENAS.....	1462	7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1558
17. CRÉDITO RURAL.....	1463	8. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	1560
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1463	9. DO SUPERENDIVIDAMENTO.....	1563
1. STF.....	1463	✦ DICAS (RESUMO).....	1564
2. STJ.....	1464	1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1564
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	1465	2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1564
<i>Lucas de Souza Leheld</i>		3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1565
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1465	3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	1565

3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1566	DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS E DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDRES.....	1581
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1567	DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1581
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1568	DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1581
3.5. DOS BANCOS DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....	1569	DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1581
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1569	DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1581
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1569	✦ STF	1582
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1570	DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1582
4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO.....	1571	DIREITO ELEITORAL.....	1583
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1572	<i>Jaime Barreiros Neto</i>	
5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1572	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1583
5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1572	✦ QUESTÕES	1585
5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1573	1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1585
5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	1574	1.1. O SUFRÁGIO.....	1585
5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1575	1.2. PLEBISCITO E REFERENDO.....	1586
6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1576	1.3. PRINCÍPIOS.....	1588
6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1576	2. SISTEMAS ELEITORAIS.....	1590
6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	1577	3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1594
7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1578	3.1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	1594
8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.....	1579	3.2. FIDELIDADE PARTIDÁRIA.....	1597
9. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	1579	4. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL E MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	1599
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1580	5. ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	1604
✦ STJ	1580	5.1. ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1604
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1580	5.2. NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS.....	1607
DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1580	5.3. DOMICÍLIO ELEITORAL.....	1607
DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1580	6. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	1608
DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1580	6.1. REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	1608
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1580	6.2. SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATOS.....	1610
DA PUBLICIDADE.....	1580	6.3. IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	1611
DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1580	7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADES.....	1612
		7.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	1612
		7.2. CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	1614

7.3. PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	1616	5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1655
8. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS	1617	6. CAPACIDADE POLÍTICA E ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1656
8.1. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS.....	1617	7. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	1660
8.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS	1618	8. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	1663
9. PROPAGANDA ELEITORAL E PESQUISAS ELEITORAIS	1619	9. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	1669
9.1. PROPAGANDA ELEITORAL.....	1619	10. PROPAGANDA ELEITORAL E PESQUISAS ELEITORAIS	1676
9.2. DIREITO DE RESPOSTA	1621	11. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	1685
9.3. PESQUISAS ELEITORAIS.....	1622	12. CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E ABUSO DE PODER	1688
10. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, NULIDADES ELEITORAIS E GARANTIAS ELEITORAIS.....	1622	13. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.....	1690
10.1. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES.....	1622	13.1. AÇÕES ELEITORAIS	1690
10.2. NULIDADES NAS ELEIÇÕES.....	1623	13.2. RECURSOS ELEITORAIS.....	1695
10.3. GARANTIAS ELEITORAIS	1624	14. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1698
11. ABUSO DE PODER E CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS	1625		
12. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	1628	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1708
12.1. AÇÕES ELEITORAIS EM GERAL.....	1628	1. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1708
12.2. RECURSOS ELEITORAIS.....	1633	2. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1708
13. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1634	3. SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1708
13.1. CRIMES ELEITORAIS	1634		
13.2. PROCESSO PENAL ELEITORAL	1634	✦ ANEXO 3	1712
		TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL.....	1712
✦ DICAS (RESUMO)	1638	✦ ANEXO 4	1713
1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1638		
2. OS SISTEMAS ELEITORAIS	1639		
3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1640		
4. JUSTIÇA ELEITORAL.....	1653		